

Educa Itapevi

Educa Itapevi S.A.

Demonstrações Financeiras
do exercício findo em
31 de dezembro de 2022

e

Relatório dos Auditores
Independentes



Educa Itapevi

Educa Itapevi S.A.

(CNPJ 38.947.809/0001-06)

Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022

<u>Conteúdo</u>	<u>Página</u>
Relatório dos Auditores Independentes.....	03
Balanco Patrimonial.....	06
Demonstração de resultado.....	07
Demonstração do resultado abrangente	08
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	09
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	10
Notas Explicativas às Demonstrações contábeis.....	11

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
Educa Itapevi S.A.
Itapevi - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Educa Itapevi S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Educa Itapevi S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Continuidade operacional

Nossa opinião não está ressalvada sobre o assunto.

Chamamos a atenção aos fatos apresentados na nota explicativa 1 – contexto operacional, que descrevem sobre a situação pré-operacional da Companhia e os prejuízos percebidos nos exercícios anteriores. A continuidade das operações depende da manutenção controlada dos fluxos de caixa de pagamentos, pelos recursos obtidos juntos aos sócios do projeto, enquanto a Administração direciona esforços para aprovação do curso de Gestão Hospitalar junto ao Conselho Estadual de Educação do Estado de São Paulo. A Administração prevê início das atividades para o início do primeiro semestre de 2024.

Outros assuntos

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, em 21 de setembro de 2022, com modificação relacionada a não disponibilização de extratos bancários, pela Administração da Companhia, relativo ao período pós 31 de agosto de 2022.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia.

Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de maio de 2023

PLANNERS AUDITORES INDEPENDENTES

CRC.SP. N°. 2SP 14.712/O-2



Heitor Piovani

Contador CRC ISP 331.721/O-6

Balanco Patrimonial
Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Valores expressos em Reais – R\$)

ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Nota	31/12/2022	31/12/2021		Nota	31/12/2022	31/12/2021
Circulante:				Circulante:			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.989.250	385.022	Fornecedores	10	51.348	6.410
Contas a receber	5	337.500	-	Obrigações sociais e trabalhistas	11	58.411	34.302
Tributos a recuperar	6	5.887	60.571	Arrendamento de imóvel	12	6.660	-
Outros créditos	7	48.818	12.916	Obrigações tributárias	11	27.808	98.852
Total do ativo circulante		2.381.455	458.509	Total do passivo circulante		144.227	139.564
Não circulante:				Não circulante:			
Ativo mantido para venda	8	-	2.249.961	Arrendamento de imóvel	12	25.372	-
Imobilizado	9	45.736	-	Total do passivo não circulante		25.372	-
Total do ativo não circulante		45.736	2.249.961				
				Patrimônio Líquido:	13		
				Capital Social		3.921.688	3.439.961
				Prejuízos acumulados		(1.664.096)	(871.055)
				Total do Patrimônio Líquido		2.257.592	2.568.906
Total do Ativo		2.427.191	2.708.470	Total do Passivo e Patrimônio líquido		2.427.191	2.708.470

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Demonstração do Resultado
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(valores expressos em Reais – R\$)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Despesas		(810.504)	(665.566)
Despesas com Pessoal	14	(687.389)	(617.422)
Despesas Gerais	15	(110.631)	(45.484)
Depreciação e amortização		(9.774)	-
Despesas Tributárias		(2.749)	(2.660)
Outras despesas e receitas operacionais		39	-
Prejuízo antes do resultado financeiro		(810.504)	(665.566)
Resultado financeiro, líquido	16	17.463	(13.489)
Receitas financeiras		59.130	(13.489)
Despesas financeiras		(41.667)	-
Prejuízo do exercício		(793.041)	(679.055)

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Demonstração do Resultado Abrangente
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(valores expressos em Reais – R\$)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Prejuízo do exercício	<u>(793.041)</u>	<u>(679.055)</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultados abrangentes	<u><u>(793.041)</u></u>	<u><u>(679.055)</u></u>

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(valores expressos em Reais – R\$)

	Nota	Capital Social			Prejuízos acumulados	Lucro Líquido ou Prejuízo do exercício	Total
		Capital social Subscrito	(-) Capital a Integralizar	Total Capital Subscrito e Integralizado			
Saldos em 31 de dezembro de 2020 (não auditado)		2.739.961	(441.000)	2.298.961	(192.000)	-	2.106.961
Capital social subscrito e integralizado		700.000	-	700.000	-	-	700.000
Capital integralizado		-	441.000	441.000	-	-	441.000
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(679.055)	(679.055)
Transferência para prejuízos acumulados		-	-	-	(679.055)	679.055	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		3.439.961	-	3.439.961	(871.055)	-	2.568.906
Integralização de Capital (AGE 20/05/2022)	13	481.727	-	481.727	-	-	481.727
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(793.041)	(793.041)
Transferência para prejuízos acumulados		-	-	-	(793.041)	793.041	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		3.921.688	-	3.921.688	(1.664.096)	-	2.257.592

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Demonstração dos Fluxos de Caixa (Método Indireto)
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(valores expressos em Reais – R\$)

FLUXO DE CAIXA DAS OPERAÇÕES	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo do Exercício	(793.041)	(679.055)
Ajustes		
Depreciação e amortização	9.774	-
Resultado ajustado	(783.267)	(679.055)
(Aumento) / Redução nos ativos:		
Adiantamentos a fornecedores	(35.902)	(12.915)
Impostos/contrib. a comp. ou restituir	54.684	(60.571)
Aumento / (Redução) nos passivos:		
Fornecedores	44.938	6.410
Obrigações com Pessoal	24.109	(129.085)
Arrendamento de imóvel	1.402	-
Obrigações tributárias	(71.044)	70.238
Recursos líquidos utilizados nas atividades operacionais	(765.080)	(804.978)
Fluxo de caixa gerado nas atividades de investimento	1.887.581	-
Alienação de ativos mantidos para venda	1.912.461	-
Aquisição de ativos imobilizados	(24.880)	-
Fluxo de caixa gerado nas atividades de financiamentos	481.727	1.141.000
Aumento de capital social	481.727	1.141.000
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	1.604.228	336.022
Variação líquida no exercício		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	385.022	49.000
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.989.250	385.022
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados	1.604.228	336.022

Notas explicativas às demonstrações financeiras
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(valores expressos em Reais – R\$, exceto quando mencionado o contrário)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A sociedade Educa Itapevi S.A (“**Companhia**” ou “**Sociedade**”) foi constituída em 25 de setembro de 2020 como uma sociedade de economia mista, com prazo de duração indeterminado.

A Sociedade tem como objetivo social a realização em nome próprio e por sua responsabilidade exercer atividade econômica de tecnologia, ensino superior e extensão, cursos profissionalizantes, pesquisa, cultura e desenvolvimento institucional, nas áreas da Medicina e Saúde.

A Sociedade tem sua sede situada na Rua Orestino Santiago Ramos, nº 672, no Bairro “Vila Nova Itapevi – Cidade da Saúde”, Itapevi/SP, CEP: 06.693-005.

O processo para abertura do curso de Gestão Hospitalar está em fase de aprovação pelo Conselho Estadual de Educação do Estado de São Paulo. O curso a ser oferecido será pago com mensalidades dos estudantes. Conforme estatuto, serão oferecidas bolsas de estudos integrais e para todo o curso aos alunos residentes no município de Itapevi há mais de cinco anos contados da data da efetivação da matrícula desde que aprovados em vestibular ou outra forma de seleção prevista. A quantidade das bolsas de estudo concedidas não deverá exceder 5% (cinco por cento) do montante de alunos efetivamente matriculados no respectivo curso superior.

Em virtude de apresentar-se em fase estrutural do negócio, a Sociedade acumulou prejuízos nos últimos 3 exercícios, considerando o custo de manutenção mínima da estrutura e pagamento dos compromissos de aluguel das salas que serão utilizadas para realização dos cursos objeto do projeto da Educa Itapevi. Neste sentido, a Sociedade utiliza os recursos aportados pelos sócios do projeto, bem como do recurso obtido pela alienação do terreno em 2022.

Estas demonstrações financeiras foram preparadas com o pressuposto de continuidade operacional e a Administração tem como expectativa de início das atividades dos cursos planejados no projeto para o início do primeiro semestre de 2024, quando se espera o reconhecimento de receitas operacionais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(valores expressos em Reais – R\$, exceto quando mencionado o contrário)

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras

2.1.1. Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei 6.404/76, e alterações introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas brasileiras de contabilidade.

A Administração declara que as Demonstrações Financeiras da Sociedade apresentam adequadamente a posição patrimonial e financeira, o desempenho e os fluxos de caixa da sociedade, com observância aos Princípios de Contabilidade. As demonstrações financeiras, exceto informações de fluxo de caixa foram elaborados segundo o regime de competência e estão representadas em moeda nacional brasileira.

A Sociedade não possui políticas formalizadas para cálculo e apresentação de estimativas, em virtude de apresentar-se em período pré-operacional e estruturação dos negócios.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 21 de maio de 2023.

2.1.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Empresa. Foram desprezados e arredondados os centavos para fins de apresentação destas demonstrações financeiras.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

3.1 Principais práticas contábeis aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras, estão definidas a seguir. Essas práticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

3.2. Apuração do resultado

As receitas e despesas são registradas pelo regime de competência mensal.

Durante os exercícios de 2021 e de 2022 a Sociedade não apurou receitas operacionais, em virtude de apresentar processo de estruturação das operações.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(valores expressos em Reais – R\$, exceto quando mencionado o contrário)

3.3. Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração use o julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e Passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, provisão para liquidação de créditos, provisão para ajuste a valor de mercado de ativos e provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes daqueles estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de suas determinações. A Sociedade atualmente não possui instituída política para estimativas contábeis.

3.4 Ativo circulante e não circulante

Os direitos relativos a contas a receber são registrados pelos valores de negociação e líquidos de possíveis perdas com inadimplência. Nesses ativos não se verificou a necessidade de aplicação do cálculo a valor presente.

Os adiantamentos a fornecedores e outras contas a receber são representados por direitos de crédito junto a terceiros, válidos e realizáveis no próximo exercício.

3.5. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada.

De forma substancial para 2022, os ativos imobilizados referem-se ao direito de uso dos bens objetos de arrendamentos realizados pela Administração. As amortizações e depreciações destes ativos estão sendo reconhecidas pelo prazo de vigência dos contratos de arrendamento.

3.6. Passivo circulante e não circulante

São demonstrados por valores conhecidos, calculáveis e com certeza de obrigação. Nesses valores não se verificou a necessidade do cálculo de ajuste a valor presente.

Os arrendamentos são decorrentes da operação estruturada do negócio da Sociedade e são reconhecidos por suas parcelas vincendas atualizadas a valor presente. Em contrapartida, a Sociedade reconhece o direito de uso dos ativos arrendados.

3.7. Ativo mantido para venda

Um ativo não circulante deve ser classificado como mantido para venda se o seu valor contábil vai ser recuperado, principalmente, por meio de transação de venda em vez do uso contínuo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(valores expressos em Reais – R\$, exceto quando mencionado o contrário)

Um grupo de ativos mantido para venda pode ser um grupo de unidades geradoras de caixa, uma única unidade geradora de caixa ou parte de uma unidade geradora de caixa.

Em 2022 a Sociedade realizou a venda do ativo, não possuindo itens nesta rubrica.

3.8 Caixa e Equivalentes de Caixa

Correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários de livre movimentação e investimentos temporários que possam ser sacados a qualquer momento com riscos insignificativos de alterações de valor, bem como contas em moeda estrangeiras, tendo suas variações cambiais escriturados.

Os investimentos, quando existentes, são classificados entre de acordo com sua liquidez após a data de contratação.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Banco do Brasil	1.989.250	385.022
	<u>1.989.250</u>	<u>385.022</u>

Os recursos mantidos em contas bancárias e aplicações financeiras estão em poder de instituições financeiras nacionais consideradas de primeira linha e apresentam liquidez imediata.

5. CONTAS A RECEBER

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Contas a receber	337.500	-
	<u>337.500</u>	<u>-</u>

Em 31 de dezembro de 2022, o contas a receber da Sociedade estava representado pela expectativa de recebimento da última parcela da alienação do imóvel mantido para venda, conforme descrito na nota explicativa 8.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(valores expressos em Reais – R\$, exceto quando mencionado o contrário)

6. TRIBUTOS A RECUPERAR

Consistem em valores de créditos tributários retidos ou com possibilidade de serem compensados em período seguinte, conforme composição.

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
INSS	4.198	8.305
IRFF	1.689	52.266
	<u>5.887</u>	<u>60.571</u>

7. OUTROS CRÉDITOS

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Adiantamento a fornecedores	23.459	12.916
Adiantamento de salários	25.359	-
	<u>48.818</u>	<u>12.916</u>

8. ATIVO MANTIDO PARA VENDA

Em 2020, a Sociedade havia incorporado ao seu patrimônio líquido um Terreno que havia sido integralizado ao capital social pelo acionista Município de Itapevi. Este Terreno foi inicialmente classificado em rubrica de ativo mantido para venda, em virtude das perspectivas de alienação no exercício de 2022.

Em junho de 2022, foi realizado leilão para a venda do terreno, sendo concretizada a venda no valor de R\$ 2.250.000, a ser pago em 6 parcelas, incluindo juros de 1% ao mês e corrigido pelo IPCA/IBGE. As parcelas iniciaram-se em agosto de 2022, sendo integralmente recebidas até fevereiro de 2022, A primeira das 6 parcelas foi recebida no mês de agosto de 2022 e as demais seguiram mensalmente.

O resultado líquido da alienação do terreno, reconhecido ao resultado do exercício de 2022 foi de R\$ 39.

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Terreno	-	2.249.961
Total	<u>-</u>	<u>2.249.961</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(valores expressos em Reais – R\$, exceto quando mencionado o contrário)

9. IMOBILIZADO (Direito de uso de ativo)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
IMOBILIZADO		
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	24.880	-
(-) Amort. Acum. Benf. Prop. Terceiros	(9.774)	-
Edifícios (direito de uso)	51.236	-
(-) Deprec. Acum. Edifícios (direito de uso)	(20.606)	-
	<u>45.736</u>	<u>-</u>

Os ativos imobilizados referem-se substancialmente a:

- a. benfeitorias realizadas nas salas que serão utilizadas pela Sociedade para as atividades educacionais; e
- b. o direito de uso das salas em contrapartida aos passivos de arrendamento reconhecidos na rubrica de Arrendamentos no passivo circulante e não circulante no montante total de R\$ 30.630.

10. FORNECEDORES

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Fornecedores	51.348	6.410
Total	<u>51.348</u>	<u>6.410</u>

11. OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS/TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIAS

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Salários e outros proventos a pagar	45.067	6.093
INSS	13.344	28.209
Total	<u>58.411</u>	<u>34.302</u>
	<u>2022</u>	<u>2021</u>
PIS a recolher	224	-
COFINS a recolher	1.376	-
IRRF s/ salários e honorários a recolher	24.596	98.109
IRRF s/ P. jurídicas a recolher	45	37
ISS retido a recolher	1.156	706
PIS/COFINS/CSLL retido a recolher	411	-
	<u>27.808</u>	<u>98.852</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(valores expressos em Reais – R\$, exceto quando mencionado o contrário)

12. ARRENDAMENTO DE IMÓVEL

	2022	2021
Arrendamento de salas – Circulante	6.660	-
Arrendamento de salas – Não circulante	25.372	-
	32.032	-

Em 2022 a Administração reconheceu o passivo de arrendamento das salas que serão utilizadas para os cursos em consoante com o Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) – Arrendamentos, reconhecendo o direito de uso das salas em contrapartida aos passivos de arrendamento. A Administração não reconhece os passivos e ativos relativos ao exercício de 2021, uma vez que conclui não serem relevantes à época.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

13.a. Capital Social

Conforme Assembleia Geral Extraordinária de 20 de maio de 2022 e aporte realizado em 20 de junho de 2022, a Sociedade teve seu capital social aumentado em R\$ 481.727, pelo sócio IEDUC.

Em 31 de dezembro de 2022, o Capital Social se encontrava totalmente integralizado no montante de R\$ 3.921.688 sendo estes divididos em 3.921.688 ações no valor nominal de R\$ 1,00 em moeda corrente nacional, conforme demonstrado abaixo:

	Quotas	Valor
IEDUC - Instituto de Educação e Cultura S/A	1.671.727	1.671.727
Município de Itapevi	2.249.961	2.249.961
	3.921.688	3.921.688

13.b. Reserva legal

A Sociedade não constituiu Reserva Legal, em virtude dos prejuízos consecutivos percebidos desde o início de suas atividades. A partir dos resultados positivos esperados em períodos seguintes, a Administração fará o destaque da parcela de 5% do resultado para esta reserva.

13.c. Lucros ou Dividendos

Aos acionistas da Sociedade é garantido o dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o resultado positivo auferido por exercício. Quanto aplicável, a Administração apresentará valores a distribuir aos acionistas que será aprovado em assembleia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(valores expressos em Reais – R\$, exceto quando mencionado o contrário)

14. DESPESAS COM PESSOAL

As despesas com pessoal são representadas pelos valores globais de remuneração da Administração e Conselho de Administração da Sociedade. Em 2022, a remuneração global ficou em R\$ 687.389 (R\$ 617.422 em 2021).

A Sociedade não promove benefícios de longo prazo para seus Administradores.

15. DESPESAS GERAIS

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Serviços de Terceiros	(49.950)	(31.427)
Materiais de Consumo	(33.862)	(216)
Aluguel (amortização CPC 06)	(20.606)	(13.620)
Gastos gerais	(6.213)	(221)
	<u>(110.631)</u>	<u>(45.484)</u>

16. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receitas financeiras de aplicação	59.130	-
Total de receitas financeiras	<u>59.130</u>	<u>-</u>
Juros de mora	(4.168)	-
Multa e juros sobre tributos	(15.530)	-
Despesas bancárias	(1.472)	-
Outros	(20.497)	(13.489)
Total de despesas financeiras	<u>(41.667)</u>	<u>(13.489)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>17.463</u>	<u>(13.489)</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(valores expressos em Reais – R\$, exceto quando mencionado o contrário)

17. GERENCIAMENTO DE RISCO

A Sociedade possui exposição aos seguintes riscos advindos de instrumentos financeiros.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis pactuados.

A Administração entende que o risco de crédito é monitorado de maneira adequada e frequente, uma vez que projeta impactos mínimos de possibilidades de ocorrências de descumprimento contratual ou inadimplência.

Risco de liquidez

Atualmente, as principais fontes de liquidez da Entidade derivam do saldo de caixa e aplicações financeiras aportadas pelos acionistas. A Administração da Sociedade entende que tais fontes, momentaneamente, mantêm o caixa para atender seus usos de fundos, o que inclui, mas não se limita a capital de giro, pagamentos a fornecedores e prestadores de serviços. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações quando do seu vencimento, em condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de imagem à Sociedade.

18. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve eventos após a data de 31 de dezembro de 2022 que necessitassem de divulgações adicionais nestas demonstrações financeiras.

A Administração

José Lúcio Martins Machado
Diretor Presidente
CPF: 048.123.768-23

Tiago Garcia Moraes
Diretor Financeiro
CPF: 295.478.838-01

Rogéria Flávia de Oliveira Pires
Contadora – CRC/MG 101065/O-3
CPF: 062.247.106-60

Rogério Marques Noé
Contador: CRC/MG 054168/O-0
CPF: 559.548.716-04